

O Brasil e os recursos japoneses

PAULO YOKOTA

Já houve um período em que a "reciclagem" dos petrodólares foi motivo de preocupações de acadêmicos e autoridades monetárias. A elevação do preço do petróleo em 1974 reduziu dramaticamente o nível de consumo dos países importadores enquanto os países fornecedores não tinham capacidade de ampliar seu próprio consumo. Isto gerou os petrodólares, os quais tinham que ser reciclados para minorar as dificuldades da balança de pagamentos dos países importadores.

Como é sabido, o adequado funcionamento do mercado, via taxa de juros, provocou a reciclagem daqueles petrodólares, antes mesmo que os mecanismos teóricos fossem desenvolvidos. Mas deixou o problema do endividamento de muitos países.

O Japão, ainda que importador de petróleo, procurou seus próprios caminhos pela promoção do seu desenvolvimento tecnológico e ampliação de suas exportações. Hoje, é o país de maior superávit comercial, e agora sofre fortes pressões para a reciclagem dos seus excedentes de recursos.

A rede bancária japonesa tinha se desenvolvido já no período áureo do eurodólar, e continuou a ampliar a sua participação mundial na reciclagem dos petrodólares, utilizando os mecanismos normais de mercado. Hoje está elevando, também, a sua assistência dentro do chamado ODA (Official Development Assistance), que já se aproxima dos 10 bilhões de dólares.

No "summit" de Veneza o Japão comprometeu-se a acrescentar outros 20 bilhões de dólares nos próximos anos, passando a constituir-se numa das poucas fontes de recursos apreciáveis que podem ser cogitados pelos países em desenvolvimento. Não é outro o motivo pelo qual dignitários de diversos países aumentaram a frequência de suas viagens a Tóquio, principalmente os latino-americanos.

E incompreensível a indiferença brasileira a esta possibilidade, que poderia ajudar no equacionamento dos problemas de recursos externos que

enfrentamos. Além de ignorarmos, somente lamentamos o nosso não cumprimento dos compromissos até as datas limites que reclassificam seus créditos, enquanto dispensamos uma especial atenção ao mesmo problema norte-americano.

Outros países endividados estão tirando partido da possibilidade aberta pelos japoneses, como é o caso do México, da Argentina e da Indonésia. O Brasil, apesar de sondado a respeito, tem considerado o assunto com superficialidade. Como os contatos bilaterais não foram aprofundados, tudo indica que as autoridades brasileiras ficaram com a impressão de que as condicionalidades japonesas seriam inaceitáveis. Não foi possível visualizar as grandes alterações que estão se processando no Japão.

De um lado parece que estamos subestimando a disposição de órgãos governamentais japoneses no sentido de proporcionar salvaguardas ao seu próprio sistema bancário, que carrega elevados riscos com os países endividados. De outro, não se percebeu a evolução da postura, como expressa pelos "projects loans", para "untied loans" chegando aos "non-project assistance".

Quando o problema japonês era a promoção de suas exportações utilizavam os "projects loans", vinculando parte dos projetos financiados a importações do Japão. Com a crise energética passaram a financiar a obtenção de matérias-primas de que necessitavam, e o Brasil se beneficiou da assistência para o Projeto Carajás. Também a Siderúrgica de Tubarão acabou recendo uma imaginativa operação de assistência num momento crucial. Agora estão empenhados na redução das fricções comerciais, permitindo que seus financiamentos compreendam aquisições de diversas origens.

Na mais recente evolução, nota-se a preocupação de ajuda à superação das dificuldades estruturais dos países endividados. A operação mais expressiva foi a feita com o México, destinada a promoção de exportações mexicanas não tradicionais, ou produtos que não o petróleo.

Esta nova orientação japonesa enquadra-se nas mesmas

preocupações do Banco Mundial, que desde 1980 já opera seus empréstimos para ajustamento estrutural ou setorial, que o Brasil chegou a utilizar para o financiamento do "draw-back". Aliás, as indicações existentes são de que o Japão pretendia utilizar também os organismos financeiros internacionais neste sentido.

Assim, examina-se atualmente os "non-project assistance", empréstimos efetuados com grande flexibilidade, para auxiliar os países endividados nos ajustes de sua política econômica. Tudo indica que parte dos recursos serão reciclados, o serão por entendimentos bilaterais, utilizando-se instituições como o Eximbank e o OECF (Overseas Economic Cooperation Fund).

Mesmo com o envolvimento das instituições governamentais, dentro da longa tradição japonesa, haverá a necessidade de participação das instituições bancárias privadas. Os complexos mandros da burocracia japonesa e a sua necessidade da formação de um "consenso", exigem a cooperação de parceiros privados japoneses, sem a qual chega a ser quase impossível atingir um entendimento razoável e rápido.

É claro que o Brasil deseja voltar ao processo de desenvolvimento, dentro do atual cenário mundial recessivo, terá que explorar inteligentemente estas e outras alternativas que ajudem a superar os atuais constrangimentos econômicos. Se ficarmos limitados pelas idiossincrasias políticas, estaremos condenados a um longo período de isolamento, sucateando o nosso parque produtivo e esclerosando a nossa economia.

Não custa muito ter um pouco mais de realismo, compreender as nossas dificuldades e respeitar as limitações alheias. Se existem tentativas de criação de novos mecanismos, porque não cooperar para se chegar a fórmula reciprocamente interessantes, evitando machucar nossos parceiros.

Paulo Yokota é economista e ex-presidente do Banco Central